



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012. (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência e andamento de investigações acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Mário Negromonte do Ministério das Cidades.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Mário Negromonte do Ministério das Cidades.

1. Que procedimentos administrativos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a indicação da fase em que se encontra, para apurar as denúncias veiculadas pelo jornal O Estado de São Paulo sobre o então Ministro das Cidades, Mário Negromonte, relativas a fraude para respaldar tecnicamente um acordo político que mudou o projeto de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá (MT), por meio de um documento forjado pela diretora de Mobilidade Urbana da pasta, com autorização do chefe de gabinete do ministro, Cássio Peixoto, para adulterar o parecer técnico que vetava a mudança do projeto do governo de Mato Grosso de trocar a implantação de uma linha rápida de ônibus (BRT) pela construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).
2. Que providências foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos e para buscar a devolução dos valores eventualmente desviados.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.
4. Algum dos envolvidos nas denúncias ocupa atualmente algum cargo público, seja na administração direta ou na indireta? Em caso afirmativo, qual o cargo ou função ocupada em qual órgão ou empresa?

## JUSTIFICAÇÃO

Reportagem do Estado de São Paulo, apontou que o Senhor Mário Negromonte foi envolvido no cometimento de uma fraude para, nas palavras de reportagem do dia 24 de novembro de 2011, “respaldar tecnicamente um acordo político que mudou o projeto de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá (MT). Documento forjado pela diretora de Mobilidade Urbana da pasta, com autorização do chefe de gabinete do ministro, Cássio Peixoto, adulterou o parecer técnico que vetava a mudança do projeto do governo de Mato Grosso de trocar a implantação de uma linha rápida de ônibus (BRT) pela construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).”

Segundo a reportagem, “Com a fraude, o Ministério das Cidades passou a respaldar a obra e seu custo subiu para R\$ 1,2 bilhão, R\$ 700 milhões a mais do que o projeto original. A mudança para o novo projeto foi publicada no dia 9 de novembro na nova Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo.”

Mário Negromonte saberia da fraude, tendo até mesmo feito pressão para que as alterações fossem feitas nos pareceres sobre as obras, conforme a mesma reportagem teria apurado, sendo redigida nos seguintes termos: “O novo projeto de Cuiabá foi acertado pelo governo de Mato Grosso com o Palácio do Planalto. A estratégia para cumpri-lo foi inserir no processo documento a favor da proposta de R\$ 1,2 bilhão. Numa tentativa de esconder a manobra, o “parecer técnico” favorável ficou com o mesmo número de páginas do parecer contrário e a mesma numeração oficial (nota 123/2011), e foi inserido a partir da folha 139 do processo, a página em que começava a primeira análise.”

Tais denúncias levaram ao afastamento do então Ministro, Senhor Mário Negromonte.

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**  
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados